

01

O SURGIMENTO DO DISCURSO DOS 'SISTEMAS ALIMENTARES' E AS SOLUÇÕES CORPORATIVAS PARA A FOME E A DESNUTRIÇÃO

Elisabetta Recine, Ana María Suárez Franco e Colin Gonsalves

Elisabetta Recine é doutorada em Saúde Pública. Ela é membro do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional da Universidade de Brasília. Atua como pesquisadora de políticas públicas e é ativista pelo direito humano à alimentação e nutrição adequadas e pela promoção da alimentação saudável. Elisabetta faz parte da coordenadoria da Aliança Brasileira pela Alimentação Adequada e Saudável, e do Grupo Temático da Associação Brasileira de Saúde Pública. Ela é membro do Comitê Organizador da Conferência Popular sobre Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

Ana María Suárez Franco é coordenadora do trabalho de prestação de contas da FIAN International e representante permanente da organização junto às Nações Unidas (ONU), em Genebra. É advogada com pós-graduação em políticas públicas em universidades da Colômbia, e fez mestrado e doutorado em Direito em universidades da Alemanha. Ela participou como especialista em processos de negociação no Conselho de Direitos Humanos e vem a trabalhar em estreita colaboração com comunidades afetadas por violações do seu direito à alimentação em várias regiões, para as apoiar no uso de mecanismos de responsabilização no sistema de direitos humanos da ONU e no sistema de direitos humanos interamericano há mais de 20 anos.

Colin Gonsalves é advogado sênior do Supremo Tribunal da Índia e fundador da *Human Rights Law Network*, uma organização que reúne mais de 200 advogados e paralegais que operam em 28 escritórios espalhados por toda a Índia. Ele é frequentemente associado ao caso 'Direito à Alimentação' de 2001, que resultou em ordens da Supremo Tribunal da Índia que impuseram uma refeição gratuita ao meio-dia para todas as crianças em idade escolar, e cereais subsidiados para mais de 400 milhões de indianos que vivem abaixo da linha de pobreza. Ele recebeu o prêmio *Right Livelihood* em 2017.

“Embora o conceito [sistemas alimentares] em si não implique propostas nem soluções específicas para as crises atuais dos sistemas alimentares, a maneira como os diferentes atores descrevem e interpretam o termo ‘sistema alimentar’ influencia a direção do debate.”

A ASCENSÃO DAS NARRATIVAS DOS SISTEMAS ALIMENTARES

Nos últimos anos, o conceito de ‘sistemas alimentares’ tem vindo a ganhar destaque em diversos processos globais.¹ Embora não haja uma definição unificada,² muitas definições tendem a abranger as diferentes etapas e atores envolvidos na cadeia produtiva, desde os produtores até os consumidores. Alguns incluem resultados de saúde e nutrição, bem como externalidades económicas, ambientais e sociais. Embora o conceito em si não implique propostas nem soluções específicas para as crises atuais dos sistemas alimentares, a maneira como os diferentes atores descrevem e interpretam o termo ‘sistema alimentar’ influencia a direção do debate. A princípio, esse conceito emergente de ‘sistemas alimentares’ parece apontar para uma mudança de paradigma. À primeira vista, ele evita a abordagem limitada de ‘segurança alimentar’ e prefere a uma compreensão mais holística que reconhece as interações de vários atores, bem como a forma como os seres humanos, a natureza e os alimentos estão interconectados. Um olhar mais atento sobre como o conceito de sistemas alimentares é definido pela ONU nos seus vários processos, no entanto, revela um quadro diferente. Por exemplo, a definição de ‘sistemas alimentares’ fornecida pelo Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar e Nutricional (HLPE, na sigla em inglês)³ inicialmente omitiu valores, que são pertinentes a uma perspectiva de direitos humanos. Posteriormente, o HLPE acrescentou princípios como sustentabilidade, equidade, inclusão e agência à sua definição.⁴ Da mesma forma, essa abordagem reducionista pode ser vista nas negociações do Comité Mundial de Segurança Alimentar sobre as Diretrizes Voluntárias sobre Sistemas Alimentares e Nutrição (VGFSyN, na sigla em inglês), e nas Recomendações sobre Políticas Agroecológicas e outras Abordagens Inovadoras. Ela também é perceptível nos preparativos para a Cúpula dos Sistemas Alimentares da ONU.

AGRADECIMENTOS |

Agradecimentos especiais à Charlotte Dreger (FIAN International) por sua valiosa contribuição, e à Priscilla Claeys (Coventry University) e Claudio Schuftan (*People's Health Movement*) pelo apoio na revisão deste artigo.

FOTO | © Lyza D. Gardner

- 1 Alguns desses processos são: os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); os diálogos em torno da Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas (ONU); as recentes negociações no Comité de Segurança Alimentar Mundial da ONU (CFS, na sigla em inglês); em primeiro lugar, as Diretrizes Voluntárias sobre Sistemas Alimentares e Nutrição (VGFSyN, na sigla em inglês) e, em segundo, as Recomendações sobre Políticas Agroecológicas e outras Abordagens Inovadoras.
- 2 HLPE. (2017). *Nutrition and Food Systems - A report of the High Level panel of Experts of Food Security and Nutrition*. FAO. Disponível em inglês em: www.fao.org/3/i7846e/i7846e.pdf; HLPE. (2020). *Food Security and Nutrition. Building a Global Narrative Towards 2030*. FAO. Disponível em inglês em: www.fao.org/3/ca9731en/ca9731en.pdf; FAO. (2018). *Sustainable Food Systems. Concept and Framework*. Disponível em inglês em: www.fao.org/3/ca2079en/CA2079EN.pdf; e IPES Food. (2015). *The new science of sustainable food*

Em suma, a narrativa dominante da ONU sobre os sistemas alimentares falha em abordar os impulsionadores estruturais que moldam os sistemas agroindustriais de alimentos, como comércio, financeirização,⁵ patriarcado e neocolonialismo. E também falha em definir suficientemente o novo paradigma alimentar necessário para sociedades mais justas, sustentáveis e saudáveis. Nos últimos 60-70 anos, um sistema alimentar global dominante emergiu, apesar da existência de múltiplas formas de sistemas alimentares. A servir os interesses de alguns atores poderosos, este sistema alimentar dominante é caracterizado pelo modelo agroindustrial e marginaliza outros sistemas alimentares existentes. Ele globaliza cada vez mais as cadeias “alimentares” e “de valor”, tem ao seu centro o comércio e os investimentos globais e anda de mãos dadas com a concentração corporativista, que atende aos interesses dos países poderosos e das grandes empresas.⁶

A abordagem dominante no que se refere aos sistemas alimentares é problemática pelas seguintes razões⁷:

- **Ela faz uso dos direitos humanos apenas marginal ou superficialmente**, inclusive por meio da ausência de um reconhecimento à soberania alimentar e de enfoque nos grupos marginalizados
- **Não reconhece os sistemas alimentares como uma questão de interesse público e de convergência política**. Em vez disso, ela define alimento como uma mercadoria, ao invés de um bem comum e um direito humano. E apresenta uma interpretação fragmentada dos sistemas alimentares, que ignora as complexas interconexões entre uma ampla gama de áreas.
- **Baseia-se numa análise parcial da insustentabilidade do atual modelo agroindustrial**, e concentra-se apenas nas emissões de gases de efeito estufa, devastação florestal e perda da biodiversidade como desafios que precisam ser enfrentados com soluções tecnológicas, que na verdade perpetuam a exclusão dos povos indígenas, comunidades camponesas e grupos marginalizados.
- **Não reconhece as relações de poder e os determinantes estruturais da injustiça alimentar, como o comércio e o investimento**. Ela subestima as reformas de governo necessárias para garantir a prestação de contas democrática (incluindo a responsabilidade corporativa) e proteger os espaços públicos de conflitos de interesse. Além disso, ela ignora as obrigações dos Estados que estão consagradas nos instrumentos de direitos humanos. Em vez disso, essa abordagem prefere regulamentos não vinculativos, como códigos de conduta e normas éticas, e concentra-se, por exemplo, em escolhas adequadas feitas pelos consumidores e esquemas que envolvem muitas partes interessadas.⁸
- **Legitima o modelo económico e de desenvolvimento dominante**. Essa abordagem não questiona nem esclarece por que o sistema alimentar global hegemônico e o modelo de produção agroindustrial atuais não conseguiram responder à fome e à desnutrição, e por que esse sistema está precisamente no cerne do problema. Ela vê os sistemas alimentares como algo linear e concentra-se nas cadeias de abastecimento de alimentos. Isso promove a ideia de que os pequenos produtores e produtoras de alimentos devem ser integrados nas cadeias de valor globais, ao invés de garantir que a sua soberania alimentar seja respeitada e protegida.

systems. *Overcoming barriers to food systems barriers*. Disponível em inglês em: www.ipes-food.org/_img/upload/files/NewScienceofSusFood.pdf

- 3 HLPE. (2017). Nota supracitada 1.
- 4 HLPE. (2020). Nota supracitada 1.
- 5 A financeirização é definida como “a crescente importância dos mercados financeiros, motivos financeiros, instituições financeiras e elites financeiras no funcionamento da economia e das suas instituições governantes, tanto em nível nacional como internacional.” Consulte: Epstein, G. A. (2005). Introdução. Em Epstein, G. A. (Ed.) *Financialization and the world economy*. Edward Elgar Publishing. p.3. Disponível em inglês em: www.e-elgar.com/shop/gbp/financialization-and-the-world-economy-9781843768746.html
- 6 ETC Group. (2021). *Who will Feed Us? The Peasant Food Web vs the Industrial Food Chain*. Disponível em inglês em: www.etcgroup.org/whowillfeedus. Bello, W. (2007). *Free Trade vs. Small Farmers*. TNI. Disponível em inglês em: www.tni.org/es/node/11368
- 7 Mecanismo da Sociedade Civil e dos Povos Indígenas (CSM). (2021) *CSM problem analysis document of the UN Food Systems Summit*. Disponível em inglês em <https://www.csm4cfs.org/wp-content/uploads/2021/07/Common-analysis-EN.pdf>; CSM. (2021). *CSM analysis document of the CFS Voluntary Guidelines on Food Systems and Nutrition*. Disponível em inglês em: www.csm4cfs.org/wp-content/uploads/2016/02/CSM-FSN-WG-Background-document-on-VGFSYN.pdf
- 8 FIAN International. (2020). *Briefing Note on Multi-Stakeholder Initiatives*. Disponível em espanhol em: https://fian.org/files/files/Apuntes_Iniciativas_Multiples_Partes_Interesadas_2020.pdf

- **Concentra-se em abordagens com base no mercado como soluções.** Como tal, as pessoas são vistas como consumidoras e não como detentoras de direitos. Este é o resultado lógico do raciocínio neoliberal e alude à sua faceta funcional. Isso inclui a criação de hierarquias dentro dos sistemas alimentares, em que a produção se torna mais importante do que os aspetos culturais, espirituais e/ou religiosos dos alimentos. Além disso, uma abordagem centrada no mercado impõe uma narrativa que favorece os modelos industriais sobre as formas tradicionais de produção e aquisição de alimentos. É sustentada por uma interpretação do desenvolvimento que não respeita necessariamente o direito dos povos a uma vida digna, nem protege o planeta. Torna invisível a magnitude dos problemas mundiais de alimentos e seus fatores determinantes, entre eles o colapso ecológico. Além disso, essa abordagem analisa a biodiversidade e as questões ambientais de um ponto de vista empresarial, voltado para o lucro.
- **Usa uma abordagem individualista e fragmentada.** Como as pessoas são consideradas consumidoras em primeiro lugar, elas são vistas como ‘janelas para oportunidades de negócios’ e não como parte da sociedade e da natureza. Nessa abordagem individualista, bem-estar e nutrição são produtos a serem vendidos, não direitos humanos. Além disso, torna as instituições comunitárias invisíveis e transforma as empresas em solucionadoras de problemas.
- **Adota uma visão limitada sobre dietas ‘nutritivas’, em vez de dietas saudáveis e sustentáveis.** Essa abordagem desconsidera o facto de que o alimento é uma das expressões mais amplas da história humana. O alimento tem tudo a ver com questões sociais e políticas. Isso significa que as dietas são condicionadas pelas relações de poder, equilíbrio e equidade de género, cultura, valores espirituais, saúde planetária, condições de trabalho e migração, entre outras questões.
- **Pretende ser resultado da neutralidade científica.** Essa abordagem é baseada em ‘evidências científicas’ frequentemente produzidas por instituições e pessoas que têm conflitos de interesses e que ignoram o conhecimento tradicional. Em parte, isso leva a um foco em novas tecnologias para resolver problemas, o que acaba a mascarar as questões de poder.

Essa visão crítica da abordagem dominante dos sistemas alimentares deriva do contexto político em que ganhou impulso: o “multiatorismo”⁹ e as parcerias público-privadas (PPPs),¹⁰ promovidas pelos ODS. Aqui, o conceito de sistemas alimentares é aplicado para apoiar soluções corporativas para a fome e a desnutrição e ignora os valores fundamentais da Carta da ONU. Portanto, um número considerável de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e movimentos sociais, reunidos principalmente no Mecanismo da Sociedade Civil e dos Povos Indígenas (MSC), contestam a abordagem dominante dos sistemas alimentares que atualmente é incorporada aos debates internacionais. Elas defendem ativamente abordagens plurais, baseadas nos direitos humanos e na soberania alimentar.¹¹

Outras permanecem céticas e hesitam em referir-se ao conceito de sistemas alimentares por diferentes razões. Por exemplo, ‘sistemas alimentares’ como um termo ainda é desconhecido para muitos, especialmente no Sul Global. Na Índia, o conceito ainda é estranho para muitas OSCs e elas provavelmente não aceitarão o termo porque ele se origina no e está associado ao Norte Global. Na Colômbia, a FIAN Colômbia, por exemplo, prefere continuar a defender a soberania alimentar e

9 Iniciativas de múltiplas partes interessadas, muitas vezes também chamadas de ‘parcerias’ ou plataformas, são iniciativas que reúnem uma variedade de atores (‘partes interessadas’) que são identificados como tendo uma participação (ou seja, um interesse) em uma determinada questão, e devem, portanto, desempenhar um papel na sua abordagem. Nossa crítica refere-se especificamente à inclusão de atores corporativos em pé de igualdade com autoridades estatais e organizações da sociedade civil, embora sejam diferentes em sua natureza e na sua relação com os interesses públicos.

10 O Banco Mundial refere-se à seguinte definição de PPP pelo Laboratório do Conhecimento PPP: PPP é “um contrato de longo prazo entre uma parte privada e uma entidade governamental, para fornecer um bem ou serviço público, em que a parte privada arca com um risco significativo e a responsabilidade da gestão, e a remuneração está atrelada a desempenho”. Para obter mais informações, visite: ppp.worldbank.org/public-private-partnership/overview/what-are-public-private-partnerships

11 CSM. (2021). *Positioning on the 2021 Voluntary Guidelines on Food Systems and Nutrition endorsed by Member States on the 47th Plenary Session of the CFS*. Disponível em inglês em: www.csm4cfs.org/wp-content/uploads/2021/04/EN-vision-VGFSyN_FINAL.pdf; CSM. (2021). *CSM Vision on Food Systems and Nutrition: An alternative to the CFS Voluntary Guidelines on Food Systems and Nutrition*. Disponível em inglês em: <https://www.csm4cfs.org/wp-content/uploads/2021/04/EN-vision-VGFSyN.pdf>; Fakhri M., Elver, H.; De Schutter, O. (2021). *The UN Food Systems Summit: How Not to Respond to the Urgency of Reform*. IPES. Disponível em inglês em: www.ipsnews.net/2021/03/un-food-systems-summit-not-respond-urgency-reform/

o direito humano à alimentação e nutrição, que não estão vinculados ao termo 'sistemas alimentares', em sua opinião, mas sim a '*processos alimentares*'.¹² Este é mais abrangente no seu escopo. Alguns também temem que, porque o termo 'sistemas alimentares' tem origem no Norte Global, ele pode tornar-se numa nova imposição colonial, que integra narrativas desenvolvidas por um pequeno grupo de elites ricas e deixa de fora os direitos e as vozes dos excluídos e grupos marginalizados da sociedade.

Na nossa opinião, a tensão de forças entre as soluções corporativas que estão por trás da abordagem de sistemas alimentares incompletos e defeituosos e as de outras abordagens defendidas pelos constituintes do CSM e as suas organizações,¹³ ainda é enorme. Sob o atual desequilíbrio de poder, é difícil garantir que o conceito de sistemas alimentares seja usado para abranger todas as obrigações, elementos legais e princípios com os quais os Estados se comprometeram na Carta das Nações Unidas, no Projeto de Lei dos Direitos Humanos e, em geral, no rico arcabouço jurídico do direito à alimentação existente.¹⁴

DISCURSO DE SISTEMAS ALIMENTARES E SOLUÇÕES CORPORATIVAS

Que soluções as agendas lideradas por corporações sob a abordagem dos sistemas alimentares dominantes propõem para acabar com a fome e a desnutrição? As soluções são predominantemente fundadas num modelo globalizado de desenvolvimento que cria divergências cada vez maiores entre os que ficaram ricos e poderosos e os que ficaram pobres. Tecnologias avançadas,¹⁵ *big data* e financeirização em todos os sistemas alimentares são propostos como soluções eficazes para atender às necessidades alimentares da população mundial.

A considerar que milhões de pessoas no mundo hoje estão excluídas digitalmente, a decisão de basear as decisões políticas em dados que são principalmente coletados e gerenciados por meio de tecnologias digitais (que estão nas mãos de alguns atores poderosos), também tem impacto sobre a realização do direito à alimentação. A tecnologia e a digitalização são uma forma de exclusão no exercício do poder.¹⁶ Essas soluções também são vendidas como formas de controlar a crise climática agora e no futuro próximo. No entanto, são claramente 'falsas soluções', porque se baseiam numa análise parcial da realidade, e desconsideram os determinantes estruturais dos desafios que enfrentamos atualmente. Além do mais, elas não questionam as regras do jogo, que continuam a favorecer aqueles que sempre venceram. Essas soluções são 'janelas de oportunidade' para os negócios, conforme mencionado acima. Um caso em questão é o uso de alimentos fortificados, que foi impulsionado pelo Movimento SUN.¹⁷ Os produtos fortificados têm sido historicamente declarados como soluções para problemas alimentares e nutricionais, mas na verdade são uma grande oportunidade de negócios para os produtores de fórmulas que têm acesso a um mercado de consumidores que, por sua vez, correm o risco de se tornarem dependentes dos seus produtos. Eles desconectam as pessoas dos principais aspetos culturais, espirituais, económicos, sociais e ambientais da alimentação.¹⁸

GRANDES PEDRAS NO CAMINHO DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO E NAS LUTAS PELA SOBERANIA ALIMENTAR

Para enfrentar essa ameaça, os produtores de alimentos em pequena escala e os seus apoiadores estão a propor soluções comunitárias emergentes. Estas soluções têm o objetivo de avançar na direção de uma humanidade que se possa alimentar melhor, sem desrespeitar a dignidade e a soberania alimentar. No entanto, na prática, os produtores e produtoras de alimentos em pequena escala e os defensores e defensoras do direito à alimentação enfrentam vários desafios.

12 A expressão processos alimentares refere-se à complexa cadeia de eventos ou momentos que resultam na nutrição humana ou no 'facto alimentar'. É um processo multidimensional, circular na sua aparência e espiral em sua evolução. A sua articulação não é rígida, pois, em determinadas circunstâncias, um determinado elemento pode preceder ou suceder a outro, ou mesmo não estar presente. Esses momentos ou elos são: a aquisição de alimentos (que inclui a produção, mas não se reduz a ela); processamento de alimentos (que inclui processamento industrial, mas nem de longe é o mais importante); intercâmbio de alimentos (que não é apenas o mercado); consumo de alimentos; utilização biológica; e a regeneração das capacidades vitais, espirituais, materiais e da biota, que são uma pré-condição para reiniciar o processo alimentar. Consulte: Morales González, J.C. (2021). *Derecho a la alimentación y nutrición adecuadas y Soberanía Alimentaria desde los estándares internacionales de derechos humanos*. Em: FIAN Colombia. (pré-lançamento). *Cuarto informe sobre la situación del derecho a la alimentación en Colombia*.

13 O CSM consiste em 11 constituintes: pequenos agricultores/as, pastores/as, pescadores/as, povos indígenas, trabalhadores/as agrícolas e da indústria dos alimentos, sem-terra, mulheres, jovens, consumidores, vítimas da insegurança alimentar urbana e ONGs. Para obter mais informações, visite www.csm4cfs.org/ (em inglês, francês e espanhol.)

14 Suarez Franco, A.M. (forthcoming). *The right to food*. Em Cantú, H. (Ed.) Universal Declaration of Human Rights: A Commentary (XXV). Brill-Nijhoff. Disponível em inglês em: www.fian.org/files/files/SuarezFranco_RTFN_article_IIDH.pdf

15 Por exemplo, agricultura precisa e mecanização (assim, trabalho humano reduzido) na produção e digitalização.

16 GRAIN. (2021). *Digital control: how Big Tech moves into food and farming (and what it means)*. Disponível em inglês em: <https://grain.org/en/article/6595-digital-control-how-big-tech-moves-into-food-and-farming-and-what-it-means>

17 FIAN, SID, IBFAN. (2019). *When the SUN casts the Shadow*. Disponível em inglês em: www.fian.org/files/files/WhenTheSunCastsAShadow_En.pdf

18 Para uma análise mais aprofundada de algumas dessas soluções falsas lideradas por grandes empresas e como os pequenos produtores de alimentos e os seus apoiadores estão a resistir: veja os artigos "Bancos de alimentos e caridade como uma resposta falsa à fome em países ricos, mas desiguais"; "Aquicultura, Financeirização e Impactos nas Comunidades Pesqueiras"; e "O que cresce imperceptivelmente: alimentação saudável e solidariedade transformadora" nesta edição do Observatório.

O primeiro desafio é o **enfraquecimento das instituições públicas e das políticas públicas**, o que tem criado condições para que as empresas aumentem o seu poder. Na recente onda de governos autoritários populistas, os interesses corporativos são auxiliados pela privatização dos serviços públicos. Nesse contexto, os Estados negligenciam descaradamente as suas obrigações constitucionais e internacionais, ao mesmo tempo que concedem mais poder às empresas. Os problemas da fome e da desnutrição são vistos como questões individuais e morais, portanto, as medidas políticas tendem a negligenciar os determinantes sociais da fome e da desnutrição. Consequentemente, as pessoas — especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade — são levadas a acreditar que a fome e a desnutrição são o resultado dos seus próprios fracassos, e não a consequência de questões estruturais. Isso significa que eles raramente apontam o dedo para os abusos de poder e, de facto, para o modelo económico e agroindustrial dominante.

Na Índia, por exemplo, o governo está a cortar os subsídios do Estado para alimentos destinados a pessoas que passam fome, e tem reduzido assim a distribuição de cereia para aqueles que não têm acesso aos alimentos.¹⁹ Essas medidas regressivas, juntamente com o impacto do COVID-19, estão a levar as pessoas à fome.²⁰ Essas medidas estão intimamente ligadas à influência das grandes empresas nos órgãos de governança, que decolaram sete ou oito anos atrás e agora estão a fechar um círculo. Essas empresas planejam expulsar 70% dos agricultores das suas terras de maneira legal, mas injusta. A influência das empresas para mudar as políticas está a forçar milhões de agricultores a desistir ou arrendar as suas terras para as empresas para a agricultura em grande escala e, portanto, ficarão sem terras.

O segundo desafio refere-se às **narrativas e táticas** que são utilizadas pelo setor empresarial e seus lacaios do governo nos debates dos sistemas alimentares. Frequentemente, eles usam palavras intimamente associadas a movimentos sociais, como ‘direitos humanos’, ‘igualdade de género’ e ‘agroecologia’. No entanto, esta é apenas uma tentativa de manipular a mente das pessoas e bloquear o seu instinto natural de questionar as coisas. Os usos superficiais de ‘linguagem sequestrada’ (por exemplo, no Twitter), juntamente com novos termos complicados e intimidantes, fazem parte dessa falsa narrativa. Isso é chamado de cooptação. O uso quotidiano de narrativas impostas afeta negativamente a capacidade das pessoas de dar nome e definir a sua conexão com os alimentos de acordo com as suas culturas. Um exemplo dessa linguagem cooptada é a ‘agroecologia’. Para os movimentos sociais, a ‘agroecologia’ reúne conhecimento, ciência e prática e está claramente ligada à justiça social e de género e à dignidade humana. E ainda assim o termo foi reduzido a um mero conceito técnico pelo setor empresarial.²¹ Por meio dessas táticas, os conceitos são separados do seu contexto histórico e político e são manipulados para servir aos propósitos daqueles que os usam enganosamente.

O Brasil é um exemplo pungente dos dois desafios mencionados acima. O país foi pioneiro na promoção do direito à alimentação e nutrição da sua população sob a liderança do ex-presidente Lula. O termo ‘segurança alimentar e nutricional’ foi concebido como um conceito amplo e holístico que está intrinsecamente ligado ao direito à alimentação e à soberania alimentar. No entanto, o termo é utilizado de forma fragmentada pelo atual regime autoritário, que praticamente destruiu todas as políticas públicas que tornaram o conceito uma realidade para muitos. Além disso, esse governo adota táticas para fragmentar as estratégias das comunidades, o que previne a obtenção de resultados sustentáveis e mudanças estruturais. Isso

19 Gotoskar, S. (12 de março de 2021). NITI Aayog’s Proposal to Cut Food Subsidies Will Worsen India’s Rising Hunger Problem. *The Wire*. Disponível em inglês em: thewire.in/government/niti-aayogs-proposal-to-cut-food-subsidies-will-worsen-indias-rising-hunger-problem

20 The Wire Staff. (13 de dezembro de 2020). Hunger Index Among Poor in 11 States Continues to Be Dire Post-Lockdown: Pesquisa. *The Wire*. Disponível em inglês em: thewire.in/rights/hunger-watch-survey-lockdown

21 HLPE. (2019). *Agroecological and other innovative approaches for sustainable agriculture and food systems that enhance food security and nutrition. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security*. FAO. Disponível em inglês em: www.fao.org/3/ca5602en/ca5602en.pdf; Friends of the Earth International, Transnational Institute, e Crocevia. (2020). *Junk Agroecology*. Disponível em inglês em: www.foei.org/wp-content/uploads/2020/10/Junk-Agroecology-FOEI-TNI-Crocevia-report-ENG.pdf

também transforma os titulares de direitos em beneficiários do orçamento público, e dessa forma, enfraquece-os.²²

O terceiro desafio é a tentativa da indústria de converter **os dados num critério-chave para decisões políticas e de manter as evidências ‘científicas’ ‘duras’ como o único conhecimento válido, ao mesmo tempo que desconsidera os conflitos de interesses**. A informação e a ciência são, sem dúvida, essenciais para a tomada de decisões. No entanto, a importância e o valor do conhecimento tradicional e das experiências do dia-a-dia das comunidades locais não devem ser negligenciados. Muitas vezes, é o conhecimento tradicional que alimenta a pesquisa científica com novas ideias. Porém, o conhecimento milenar que os povos indígenas adquiriram ao longo de séculos de observações é tristemente romantizado e desconsiderado, mesmo quando é relevante para decisões políticas fundamentais.

Por exemplo, a Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU criou um grupo independente de pesquisadores e cientistas líderes (o Grupo de Ciência) que são responsáveis por garantir a ‘robustez, amplitude e independência’ da ciência que sustenta a cúpula e os seus potenciais resultados. No entanto, o público não é informado sobre como esses membros foram selecionados, ou como seus tópicos de pesquisa são decididos. A maioria desses pesquisadores são homens, a maioria dos quais são brancos que nasceram ou trabalham no Norte Global. Há também um desequilíbrio de competências, já que há um maior foco na economia agrícola do que na saúde, nas práticas de produção regenerativas (como agroecologia e práticas tradicionais) e nas ciências humanas ou sociais. A considerar o apelo do Secretário-Geral da ONU a uma “ação coletiva de todos os cidadãos para mudar radicalmente a forma como produzimos, processamos e consumimos alimentos,²³ o perfil do Grupo de Ciência levanta sérias dúvidas sobre a amplitude da visão que se está a aplicar aos sistemas alimentares. Também gera dúvidas sobre quais são as suas prioridades de mudança, dada a urgente tarefa de reestruturar os sistemas alimentares em direção à sustentabilidade e à saúde.

FUNDAMENTOS SÓLIDOS PARA UM NOVO PARADIGMA ALIMENTAR BASEADO EM SOLUÇÕES REAIS

Gostaríamos de enfatizar os seguintes pontos em nossa análise crítica da abordagem dominante dos sistemas alimentares:

Em primeiro lugar, é fundamental que os movimentos sociais e as OSCs **defendam o caráter comum das instituições públicas e participem da formulação, adoção e implementação de políticas, em consonância com as obrigações de defesa dos direitos humanos existentes dos Estados e da democracia**. As instituições públicas devem estar ao serviço do bem comum e não ao serviço dos interesses sociais. Os esforços para preservar as instituições públicas democráticas, para retomar as instituições que foram capturadas e para defender políticas públicas baseadas nos direitos humanos também exigem denunciar situações de interferência corporativa, conflitos de interesses e/ou a substituição de instituições públicas por mecanismos de governação que incorporam múltiplos atores na tomada de decisões. Significa também exigir regras para responsabilizar as empresas e regular conflitos de interesses.

Em segundo lugar, nesta conjuntura crítica, é essencial que os movimentos sociais e as OSCs **diferenciem de forma proactiva entre as soluções que visam alcançar o bem público, a dignidade humana, a proteção da natureza e a redução das desigualdades, e aquelas que servem para manter uma ordem socioeconómica focada**

22 Santarelli, M., Burity, V., et al. (2019). *Informe Dhana 2019: autoritarismo, negação de direitos e fome*. FIAN Brasil. Disponível em: fianbrasil.org.br/informe-dhana-2019-faca-download-aqui/

23 UN Web TV. (4 de setembro de 2020). Briefing do Secretário-Geral Adjunto aos Estados-Membros sobre a Cimeira dos Sistemas Alimentares das Nações Unidas de 2021. Disponível em inglês em: [Summit provides information updates at a briefing to UN Member States | United Nations](https://www.un.org/pt/press/2020/09/20200904-briefing-on-the-2021-world-agriculture-summit/)

meramente no lucro. Precisamos estar atentos às tentativas de cooptação e lavagem verde ou azul que podem fazer-nos cair na armadilha de falsas soluções.

Terceiro, como não há uma solução única para vários problemas, é vital buscar um conjunto amplo e multicultural de soluções baseadas na diversidade de conhecimentos. Isso deve ir além de receber mais visibilidade e propaganda do sistema hegemônico, que se baseia no comércio e nos investimentos e tem como objetivo a manutenção do consumo e do crescimento à custa da espoliação da natureza, com os humanos incluídos. Portanto, precisamos valorizar e incorporar o conhecimento prático da população que adquirido através da observação cuidadosa dos ciclos naturais, bem como das necessidades específicas de cada grupo. Camponeses, comunidades rurais tradicionais e povos indígenas têm demonstrado que têm respostas para a fome, a desnutrição e a realização do direito à alimentação. Com base em séculos de experiência e observação, as suas soluções são mais sensíveis à natureza, úteis para aumentar a resiliência e práticas regenerativas e essenciais para enfrentar o colapso ambiental atual. Eles sempre entenderam a terra, a água e as sementes como bens comuns, em oposição à sua mercantilização. As suas práticas para proteger e promover a diversidade de sementes e variedades de plantas são fundamentais para garantir o equilíbrio ambiental e a diversidade nutricional. Como guardiões da natureza e da sua diversidade, eles não só beneficiam as suas comunidades, mas também contribuem para a preservação do planeta.

Quarto, é fundamental **reconhecer e proteger a contribuição dos camponeses, camponesas e dos povos indígenas para a realização do direito à alimentação.** A pandemia expôs dramaticamente as falhas do sistema alimentar agroindustrial dominante hoje, ao mostrar que ele contribui para a destruição de ecossistemas e a criação de condições para a propagação de zoonoses. Além disso, impõe às pessoas alimentos ultraprocessados, e coloca a sua saúde em maior risco de doenças não-transmissíveis, como a obesidade e a diabetes. Isso, por sua vez, nos torna mais vulneráveis ao vírus SARS-CoV-2. Ao mesmo tempo, pequenos produtores e produtoras de alimentos, camponeses, pescadores, pastores e trabalhadores e trabalhadoras agrícolas, alimentam a maioria da população mundial,²⁴ e produzem alimentos de forma mais sustentável e saudável. A pandemia está a colocar de frente as nossas sociedades para debater ativamente e negociar as mudanças sistêmicas tão necessárias em nossos sistemas alimentares em todo o mundo. A contribuição camponesa e indígena para o gozo do direito à alimentação deve ser colocada no centro desses debates e negociações e os seus direitos devem ser respeitados, protegidos e cumpridos.

Em quinto e último lugar, uma abordagem holística dos sistemas alimentares, baseada nos direitos humanos e na soberania alimentar e enriquecida pelos princípios do direito ambiental, é um forte instrumento para identificar soluções reais na luta pela justiça social, a incluir a justiça alimentar. Uma abordagem holística inclui o reconhecimento total das mulheres, povos indígenas, das pessoas do campo, pastores, pescadores, trabalhadores do sistema alimentar e outros setores historicamente marginalizados, como detentores de direitos, conforme reconhecido nas normas internacionais de direitos humanos, entre elas aquelas que abordam especificamente o mundo rural, tais como: a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP, na sigla em inglês); a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses, Camponesas e outras Pessoas que Trabalham nas Zonas Rurais (UNDROP, na sigla em inglês); várias convenções da Organização Internacional do Trabalho; e a recomendação geral nº 34 sobre os direitos das mulheres rurais da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, na sigla em inglês).

24 FAO. (2014). The State of Food and Agriculture 2014: Innovation in Family Farming Food and Agriculture Organization of the United Nations. Disponível em inglês em: <http://www.fao.org/publications/sofa/2014/en>.

Uma abordagem baseada em direitos humanos que se centra na soberania alimentar é relevante e útil, porque considera a interdependência e indivisibilidade dos direitos humanos e os seus valores fundamentais como a parte central dos sistemas alimentares,²⁵ e coloca em foco as obrigações internacionais dos Estados como detentores de deveres. Os direitos humanos colocam as pessoas e o planeta no centro do governo, reconhecem o agenciamento das pessoas e exigem que a minoria poderosa não explore nossas comunidades e ecossistemas para fins de lucro.

25 CSM. (2021). Nota supracitada 7.